

Biografias de personalidades portuguesas (Nomes de M a Z)

Source: Maria Fernanda Rollo, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa. www.fcsh.unl.pt.

Copyright: (c) Pr. Fernanda Rollo

URL: http://www.cvce.eu/obj/biografias_de_personalidades_portuguesas_nomes_de_m_a_z-pt-f7c57b44-8534-4bea-8010-50f98fc6f7ff.html

Publication date: 07/09/2012

Biografias de personalidades portuguesas (Nomes de M a Z)

MACEDO, Jorge Avelino Braga de

Nasceu em Lisboa em 1947 e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Obteve o grau de mestre em Relações Internacionais na Universidade de Yale, nos Estados Unidos da América (EUA), e o grau de doutor em Economia, pela mesma universidade, em 1979. Leccionou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no período após o 25 de Abril, na Universidade de Princeton, entre 1980 e 1986 e nas Universidades Nova e Católica, depois de 1986. Colaborou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e desenvolveu trabalhos de consultoria para diversas instituições como a Confederação da Indústria Portuguesa, o Banco Mundial e as Nações Unidas. Muda-se, em 1989, para Bruxelas, onde foi director das Economias Nacionais na Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia. É nomeado director-geral adjunto do Orçamento na Comissão Europeia em Agosto de 1991, mas abandona o cargo nesse ano mesmo para tomar posse, a 30 de Outubro, no XII Governo Constitucional, liderado por Cavaco Silva, como ministro das Finanças.

É durante a sua passagem pelo Governo que é concretizada a adesão do Escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME), a 6 de Abril de 1992, e a liberalização do mercado de capitais. Enfrenta períodos de forte instabilidade dos mercados cambiais europeus, que afectará o Escudo, a ponto de provocar desvalorizações em Novembro de 1992 e em Maio de 1993. Por outro lado, produz declarações nas quais defende a necessidade de serem descidas as taxas de juro, declarações essas que causam mal-estar no Banco de Portugal e que conduzem ao afastamento do governador e ex-ministro das Finanças, Miguel Beza, em Julho de 1994. Braga de Macedo é, por sua vez, afastado do Governo numa remodelação que ocorre a 13 de Dezembro de 1993 e que coloca no seu lugar Eduardo Catroga. Seria escolhido para o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da OCDE, missão que desempenha entre 1999 e 2001.

MACHADO, Fernando Manuel Alves

Presidente da Comissão de Coordenação Económica do Fundo de Fomento de Exportação.

MACHADO, Vítor António Augusto Nunes de Sá

Nasceu em Cáala, Angola, a 18 de Novembro de 1933. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1957 e concluiu uma pós-graduação, no ano seguinte, na mesma universidade. Depois de frustradas tentativas de ingresso na carreira académica na Universidade do Porto e na magistratura em Angola, devido a informações pouco abonatórias na posse da PIDE, ingressa, em 1960, na Fundação Gulbenkian, a convite de Ferrer Correia, tornando-se administrador da instituição em 1969. Aderiu ao CDS após o 25 de Abril e foi deputado à Assembleia Constituinte, depois de ter sido saneado da fundação pela Comissão de Trabalhadores na sequência do 11 de Março de 1975. Em 1978 integra, como ministro dos Negócios Estrangeiros, o II Governo Constitucional, liderado por Mário Soares e resultante de uma coligação entre o PS e o CDS. Após a queda desse Governo, retorna à Gulbenkian em 1979. Em 1988 encabeça uma candidatura fracassada ao cargo de director-geral da UNESCO. Abandonou o CDS em 1992, ano da chegada de Manuel Monteiro à direcção do partido e, em, Dezembro de 1998, sucede a Ferrer Correia na presidência da Fundação Gulbenkian. Morreu a 27 de Abril de 2002.

MAGALHÃES, José Tomás Cabral Calvet de

Calvet de Magalhães nasceu em 1915, em Lisboa, sob o signo da I Guerra Mundial. Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1940, fez estágio de advocacia; em 1941 candidatou-se a um lugar no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e foi admitido – por essa altura entraram também para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Eduardo Brasão e Franco Nogueira. Ao longo da sua vida trabalhou com mais de duas dezenas de ministros dos Negócios Estrangeiros.

Estreou-se na direcção-geral dos Negócios Económicos, uma área da diplomacia em que veio a especializar-se. Em 1945 encontramo-lo como cônsul-adjunto em Nova Iorque, de onde no mesmo ano seria transferido

para Washington. Em 1946 foi enviado para Boston onde fica a gerir o consulado até que em meados de 1948 é enviado para Cantão regressando a Lisboa em 1950. Em Março de 1951 é nomeado secretário da Embaixada em Paris, já então como elemento do quadro diplomático, dando início a uma carreira tão longa como relevante: logo em Maio de 1951 integra a delegação portuguesa junto do Conselho Permanente da NATO – funções que acumula com a de representante de Portugal no COCOM – comité que tinha como objectivo gerir o embargo da exportação de produtos para o mundo soviético e a China. É aqui que começa verdadeiramente a aventura europeia de Calvet de Magalhães. Em Janeiro de 1956 foi nomeado chefe da delegação permanente em Paris da CTCEE e representante permanente de Portugal junto da OECE com o título de ministro plenipotenciário de 2.ª classe. Acompanhou por diversas vezes os representantes portugueses durante as negociações EFTA e presidiu a várias reuniões preparatórias da EFTA realizadas em Estocolmo e Saltsjöbaden em 1959. Embaixador de Portugal na CEE (1962). Vice-presidente da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia criada por despacho da presidência do Conselho e dos Ministérios das Finanças, da Economia e dos Negócios Estrangeiros em Março de 1970.

MARQUES, Fernando Manuel da Silva

Nasceu no Porto a 3 de Fevereiro de 1932 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi cônsul em Montreal desde Janeiro de 1961. Em Março de 1965 é transferido para a Embaixada de Zomba como encarregado de negócios. Foi embaixador em Haia entre Fevereiro e Julho de 1976, sendo transferido para Luanda a partir desse mês, recebendo as credenciais de embaixador em Setembro 1980. Foi chefe da missão de Portugal junto das Comunidades Europeias em 18 de Novembro de 1985, e seu representante em Bruxelas a 1 de Janeiro de 1986. Foi transferido para Bona, como embaixador, a 14 de Junho de 1986.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira

Nasceu em Lisboa em 1952. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, obtendo também o grau de mestre pela mesma instituição. Foi fundador da SEDES antes do eclodir do 25 de Abril, organização onde privou com António Guterres e Sousa Franco, tendo aderido ao PPD. Foi um dos responsáveis máximos pela JSD, mas afastar-se-ia do partido laranja em 1978, tornando-se chefe de Gabinete de Sousa Franco aquando da passagem deste pelo Ministério das Finanças durante o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo entre 1979 e 1980. Em 1979 havia fundado a Associação Social-Democrata Independente (ASDI), então presidida por Sousa Franco.

Em 1986 apoia Mário Soares na sua primeira eleição para a Presidência da República. Em 1991 é eleito deputado independente nas listas do PS e, após a vitória de António Guterres nas eleições legislativas de 1995, é nomeado Secretário de Estado da Administração Educativa, ascendendo ao cargo de ministro da Educação depois da saída de Marçal Grilo. Torna-se ministro da Presidência, em Setembro de 2000 e ministro das Finanças em Junho de 2001, onde se manteve até à demissão do segundo Governo de António Guterres. Em Outubro de 2005 é o escolhido pelo Governo de José Sócrates para a presidência do Tribunal de Contas. Publicou diversos artigos de imprensa sobre a construção europeia no momento em que era elaborado o Tratado Constitucional.

MATIAS, Marcelo Gonçalves Nunes Duarte

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Exerceu a advocacia e foi delegado do Procurador-geral da República. Foi cônsul de Portugal no Rio de Janeiro e em Atenas; director-geral e secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 30 de Junho de 1947 foi nomeado embaixador de Portugal em Paris, funções que desempenhou até 1958. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 14 de Agosto de 1958, pasta que chefiou até 4 de Maio de 1961. Regressou, nesse ano, à Embaixada de Portugal em Paris onde se manteve como embaixador até 1970.

MATTA, José Caeiro da

Jurista, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Deputado no tempo da monarquia (1908-1910). Sobraçou as pastas dos Estrangeiros (1933-35) e da Educação Nacional (1944-1947). Entre 1941 e

1944 ocupou o lugar de ministro de Portugal em Vichy. Em 5 de Fevereiro de 1947 sucedeu a Oliveira Salazar na pasta dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou até 1950.

MELO, Albano Homem de

Sucessor de André Navarro, foi subsecretário de Estado da Agricultura entre 6 de Setembro de 1944 e 4 de Fevereiro de 1947. O seu mandato prolongar-se-á por alguns meses depois da saída de Supico Pinto, até Outubro de 1947.

MIRANDA, Pedro Pires de

Nasceu em Leiria. Licenciou-se em Matemática pelo Instituto Superior Técnico. Terminado o curso, fixa-se em Londres onde trabalha numa empresa de construtores e projectistas mas regressa a Portugal dois anos mais tarde, em 1957, para ingressar nos quadros da BP portuguesa. Volta à Grã-Bretanha em 1967, ainda como quadro da BP. Em 1971, já em Portugal, ingressa na Petrosul e na Sonap, um ano mais tarde. Parte para o Brasil na sequência do 1 de Março de 1975, onde permanece durante mais de um ano trabalhando na companhia petrolífera Ipiranga. Novamente em Portugal, é convidado pelo primeiro-ministro, Alfredo Nobre da Costa, primeiro para a administração da Petrogal e depois para o Ministério do Comércio e Turismo do III Governo Constitucional. Em 1979 preside à Comissão de Integração Europeia e em 1980 assume a presidência da Petrogal. Em 1980 é nomeado embaixador itinerante para assuntos petrolíferos pelo Governo liderado por Sá Carneiro. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros do X Governo Constitucional de Cavaco Silva. No início da década de 90 é nomeado administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento torna-se curador da Fundação Oriente.

MONTEIRO, António Victor Martins

Nasceu em Nova Sintra (actual Catabola), Angola, a 22 de Janeiro de 1944. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e ingressou na carreira diplomática após concurso de admissão realizado em 1967. A sua primeira colocação no estrangeiro iniciou-se em 1971 no Zaire (actual República Democrática do Congo), onde foi encarregado dos assuntos portugueses na Embaixada de Portugal no Zaire. Encontrava-se nesse país em 1974, ano do 25 de Abril, onde se tornou encarregado de negócios na Embaixada em Kinshasa, tornando-se depois primeiro secretário nesse posto. Em 1976 transita para Roma onde desempenha as mesmas funções que tinha em Kinshasa. Paralelamente, representa Portugal em organismos internacionais desde Março de 1978 com destaque para a FAO. Regressa a Lisboa no ano seguinte para o cargo de vice-chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A partir de 1981 ingressa na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas. Regressa a Portugal em 1987 onde se torna chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, cargo então ocupado por Durão Barroso. Ganha notoriedade enquanto membro da equipa de mediadores do processo de paz em Angola, primeiro nas negociações dos acordos de Bicesse de Maio de 1991, que conduziu à paz entre o MPLA e a UNITA, tendo posteriormente chefiado a Missão Temporária de Portugal junto da Comissão Conjunta Político-Militar, organismo que tinha por missão fiscalizar o cumprimento dos acordos de paz em Angola. Torna-se embaixador em 1994 e em 1997 transita novamente para Nova Iorque onde é representante permanente de Portugal junto da ONU, presidindo ao Conselho de Segurança durante o período em que Portugal aí teve assento enquanto membro não permanente, entre 1997 e 1998. A sua passagem por Nova Iorque enquanto embaixador coincidiu com o clima de instabilidade vivido em Timor-Leste em Setembro de 1999, na sequência da realização do referendo que determinou a independência daquela província indonésia. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo liderado por Pedro Santana Lopes.

MONTEIRO, Manuel Fernando da Silva

Nasceu em Lisboa em 1962. Adere ao CDS enquanto aluno do liceu Passos Manuel, quando tinha 13 anos, ingressando na direcção da Juventude Centrista em 1981 e assumindo a presidência daquela estrutura em 1990. Assume, com o apoio de Adriano Moreira, a liderança do CDS num congresso realizado em Lisboa

em Março de 1992, derrotando Basílio Horta. Tinha, então, 29 anos. Durante a sua liderança é acrescentada a designação PP de Partido Popular à abreviatura CDS. Assumiu um discurso de ruptura em relação às gerações anteriores que asseguraram a direcção do partido, nomeadamente quanto às questões europeias. Manifesta-se frontalmente contra o federalismo e por uma Europa das nações onde a soberania de cada estado deve ser preservada. Reprova o Tratado de Maastricht e a União Económica e Monetária, defendendo a possibilidade dos Estados-membros adoptarem, facultativamente, políticas definidas em comum.

Defensor da realização de um referendo para a ratificação do Tratado de Maastricht, promove uma consulta interna sobre o Tratado da União Europeia no qual este é rejeitado por 90% dos militantes. Na sequência destes resultados, Freitas do Amaral pede a demissão do partido, a que se segue o abandono dos eurodeputados Luís Beiroco e Carvalho Raposo. É eleito eurodeputado nas eleições europeias de 1994. Abandona a direcção do Partido e para o seu lugar é eleito Paulo Portas em 1998. Três anos antes eram já públicas as divergências entre Manuel Monteiro e o seu sucessor. Manuel Monteiro abandona o CDS-PP em Fevereiro de 2003 e funda um novo partido, denominado Nova Democracia.

MORAIS, António Trigo de

Engenheiro inspector superior, director geral da JAOHA (em Novembro de 1949 a JAOHA foi integrada na Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, Trigo de Morais ficou à frente da DGSH) e antigo funcionário do Ultramar. Delegado de Portugal à Comissão Colonial da OECE. Será indicado, como veremos, vogal permanente da CTCEE na qualidade de representante do MOP; assumirá a presidência da subsecção de equipamentos agrícolas, industriais e de transportes da CTCEE.

MOREIRA, Adriano José Alves

Nasceu em Grijó, concelho de Macedo de Cavaleiros, a 15 de Setembro de 1922. Licenciou-se em 1944 em Ciências Histórico-Jurídicas pela Universidade de Lisboa, ingressando, em 1947, no Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial onde foi chefe da secção. Paralelamente, colaborou com o Instituto da Conferência da Ordem dos Advogados. Doutorou-se pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) e pela Universidade Complutense, em Madrid. Exerceu também a advocacia tendo, nessa categoria, sido funcionário da Standard Electric. Esteve preso pela PIDE no final da década de quarenta, depois de ter sido testemunha da família do general Godinho no processo que esta moveu contra o Estado, na sequência da morte daquele adversário do ministro da Defesa Santos Costa na prisão da Trafaria. A partir de 1950 desenvolve a actividade docente no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Trabalha em várias comissões da ONU entre 1955 e 1960.

Foi nomeado sub-secretário de Estado do Ultramar em Março de 1960, tendo sido promovido a ministro do Ultramar no rescaldo do Golpe de Júlio Botelho Moniz, em Abril de 1961. Afasta-se do Governo ao constatar a impossibilidade de levar a cabo o seu projecto de autonomia gradual para as colónias, depois de ter abolido o Estatuto do trabalho Indígena e elaborado o Código do Trabalho Rural. Permanece no ISCSPU e mantém a colaboração com a Standard Electric durante a década de 60, mas é afastado da direcção da instituição de ensino na época marcelista após um desentendimento com o então ministro da Educação, José Hermano Saraiva. Foi, ainda durante a década de 60, membro e presidente do Centro Europeu de Documentação e Informação. Após o deflagrar do 25 de Abril, vê cessados os seus direitos e exila-se no Brasil, onde foi professor catedrático da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Após o regresso a Portugal, é convidado para aderir ao CDS, partido do qual foi presidente entre 1986 e 1988.

Na discussão gerada em Portugal em torno da expressão federalismo, Adriano Moreira considerou, num discurso proferido durante um congresso do CDS realizado na Póvoa do Varzim em Janeiro de 1992, que não se deveria ter medo da palavra federalismo, uma vez que se caminhava para uma maior interdependência entre os países europeus no que toca a questões de defesa. Não deixou, contudo, de sublinhar que «é necessário que entre os povos haja solidariedade e que não exista uma hierarquia de Estados na Europa». Entre a vasta bibliografia por si publicada há a destacar *A Europa em Formação*, editado em 1974, e que resulta da tese de doutoramento por si defendida na Universidade Complutense, em Madrid.

MOURA, Francisco José Cruz Pereira de

Nasceu em Lisboa a 17 de Abril de 1925. Licenciado em Finanças e Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, foi professor do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa de 1957 a 1968. Secretário-geral do 2.º Congresso da Indústria Portuguesa em 1957, procurador à Câmara Corporativa de 1957 a 1965 e director do Centro de Estudos de Economia Aplicada da Associação Industrial Portuguesa de 1958 a 1967, Pereira de Moura é candidato a deputado nas listas da Comissão Democrática Eleitoral (Movimento Democrático Português), em 1969.

Em 1973, já professor catedrático do Instituto Superior de Economia foi demitido pelo Governo, na sequência da sua presença na Capela do Rato por ocasião das celebrações do Dia da Paz. Autor de diversos trabalhos sobre a evolução da economia portuguesa, Pereira de Moura tem um papel decisivo na divulgação das teorias Keynesianas em Portugal.

Após o 25 de Abril de 1974, Francisco Pereira de Moura foi reintegrado no Instituto Superior de Economia. Morreu em Lisboa, em 1998.

MOURA, Joaquim Augusto Nunes de Pina

Nasceu em Loriga, concelho de Seia, a 22 de Fevereiro de 1952. Ingressa na Universidade do Porto, onde frequenta o curso de Engenharia Mecânica e aí adere ao PCP, assumindo a direcção da União dos Estudantes Comunistas. É um dos participantes do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, em 1973. Com a chegada do 25 de Abril alcança algum destaque nas estruturas do PCP, ascendendo ao Comité Central na década de 80. Licencia-se, durante a década de 80, em Economia pelo Instituto Superior de Economia. Abandona o PCP em 1991, no quadro das dissidências registadas no partido durante a abertura dos países do Leste ao multipartidarismo. No ano seguinte inicia a sua aproximação ao PS. Em 1995 integra o Governo como secretário de Estado da Presidência, ascendendo em 1997 à pasta de ministro da Economia, cargo que acumulou com o de ministro das Finanças desde 1999 e 2001, ano em que abandona o Governo. Em 2004 assume a presidência da Iberdrola em Portugal, e, por essa via, a administração da GALP, já que a empresa espanhola participava no capital da petrolífera nacional.

MOURA, Maria Teresa Quintela Pinto Bessa Pereira de

Nasceu a 30 de Agosto de 1948 em Paço d'Arcos. É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e ingressou, antes do 25 de Abril, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de ministros. Foi membro do Secretariado para a Integração Europeia onde colaborou com António Marta. Na década de 80, transita para a Direcção Geral dos Assuntos Comunitários, organismo de que foi subdirectora a partir de 1984. Em 1998 é responsável máxima pela Direcção-Geral de Relações Internacionais do Ministério da Economia, tendo transitado, em 2000, para a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério das Finanças. Substituiu Francisco Seixas da Costa na Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus em Março de 2001, posto no qual se manteve até à demissão do Governo de Guterres em 2002.

MURTEIRA, Mário

Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) no ano de 1956. Foi assistente do Instituto Nacional de Investigação Industrial durante quatro anos e leccionou no ISCEF entre 1961 e 1962, pedindo a demissão do cargo de assistente durante a crise académica de 1962. Colaborou com o Fundo de Fomento de Mão-de-Obra e foi um dos fundadores da Cooperativa Pragma, presidindo à sua direcção. Foi também membro do Conselho Directivo da revista *O Tempo e o Modo* durante os primeiros anos da sua publicação. Pertenceu ao Conselho de Gerência da CP entre 1969 e 1973. Em 1970 prestou provas de doutoramento e em 1973 tornou-se professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Após o 25 de Abril é nomeado ministro dos Assuntos Sociais do I Governo Provisório liderado por Palma Carlos. Regressa ao Governo a 26 de Março de 1975, assegurando a pasta do Planeamento e da

Coordenação Económica, no Governo liderado por Vasco Gonçalves, passando para a pasta da Economia em Maio de 1975. É também nomeado vice-governador do Banco de Portugal. A 14 de Março de 1975. A sua passagem pelo Governo fica marcada pelo processo das nacionalizações da banca e das empresas industriais e de serviços consideradas estratégicas, desencadeada na sequência do 11 de Março. Filia-se na União da Esquerda para a Democracia Socialista em 1976.

NEVES, Carlos Henrique da Costa

Nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, a 16 de Junho de 1954. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi eleito deputado à Assembleia Legislativa Regional em 1980 e, no ano seguinte, Secretário Regional dos Assuntos Sociais. Ainda durante a década de 80 desempenhou funções governativas enquanto Secretário Regional da Saúde e Assuntos Sociais e da Administração Interna. Entre 1992 e 1994 foi o responsável máximo pela companhia aérea regional SATA. Em 1997 ascende à liderança do PSD/Açores quando este partido já era oposição no arquipélago, depois de ter sido eleito eurodeputado. Em 2002 é o escolhido para Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus no Governo liderado por Durão Barroso e, no Governo chefiado por Pedro Santana Lopes, ascende ao cargo de ministro da Agricultura.

NEVES, Fernando de Mendonça d'Oliveira

Nasceu em Lisboa a 25 de Janeiro em 1947 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Iniciou a actividade profissional enquanto diplomata em 1975, integrando o Departamento que tinha a seu cargo a adesão de Portugal à CEE. Foi secretário na Missão Permanente junto da ONU entre 1978 e 1981, tornando-se, em seguida, chefe de Gabinete do Secretário dos Negócios Estrangeiros, cargo onde se manteve até 1982. Depois de uma passagem pela Embaixada de Washington, como secretário, entre 1982 e 1986, assume as mesmas funções na Representação Permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias em Bruxelas até 1990. Integra o Grupo de Trabalho que preparou a Logística da Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias e a Comissão de Gestão do Centro Cultural de Belém em 1990. Dirigiu, a partir de 1992, o Instituto para a Cooperação Económica desde 1992 até 1994, passando nesse ano para a direcção da Unidade de Política Externa e de Segurança Comum do Secretariado-Geral do Conselho de ministros da União Europeia. Envolveu-se na causa maubere enquanto encarregado de Missão para a Questão de Timor entre 1997 e 1999. Tornou-se porta-voz durante segunda Presidência Portuguesa da União Europeia em 2000 e embaixador em Luanda, Dublin e Haia entre 2001 e 2005. Com a formação do XVII Governo, liderado por José Sócrates, é nomeado Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, mantendo-se nesse cargo até Julho de 2006.

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco

Nasceu em Vila Franca de Xira a 17 de Setembro de 1918. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa em 1940, ainda como estudante foi secretário da Comissão Administrativa da Associação de Estudantes, nomeada em 1938 pelo ministro da Educação Carneiro Pacheco. Em 1941 concorreu a um lugar de adido de legação do MNE, foi aprovado partindo para Tóquio em Outubro de 1945.

Franco Nogueira foi o último ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar. Nomeado em Maio de 1961, no rescaldo do golpe de Botelho Moniz. Dentro da Assembleia Nacional, e fora dela, foi um acérrimo defensor da política colonial salazarista defendendo, intransigentemente a manutenção, a qualquer custo, das possessões portuguesas em África.

Denominado chefe da ala «anti-europeísta» do regime, em matéria europeia só admitia acordos limitados, e nunca qualquer espécie de unificação.

Morreu em Lisboa a 14 de Março de 1993.

OLIVEIRA, José Gonçalo da Cunha Sotto-Mayor Correia de

Licenciou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1944 tendo

iniciado a sua carreira como técnico do CTC. Em 1948 ascende a director do Gabinete de Estudos do CTC e, no ano seguinte, assume a vice-presidência desse Conselho. Ver J. M. Brandão de Brito, *Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sotto-Mayor Correia de* in DHEN, pp. 685-687 e Manuel de Lucena, *Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de* in DHP, pp. 631-639.

OLIVEIRA, Luís Francisco Valente de

Nasceu em S. João da Madeira em 1937. Licenciou-se em Engenharia Civil em 1961 pela Universidade do Porto, instituição pela qual obteve o grau de doutor em 1973. Diplomou-se em Planeamento e Desenvolvimento Regional pelo Institute of Social Studies, em Haia em 1969 e, dois anos mais tarde, alcançou o grau de Master of Science em Transportes pelo Imperial College da Universidade de Londres. Dirigiu o Gabinete Técnico da Comissão de Planeamento da Regia Norte entre 1973 e 1975 e tornou-se professor na Universidade do Porto desde 1975. Desenvolveu actividade profissional na Comissão de Coordenação da Região Norte, organismo que viria a dirigir entre 1979 e 1985. Teve a sua primeira experiência governativa entre 1978 e 1979, ao ser convidado pelo primeiro-ministro Carlos Mota Pinto para o Ministério da Educação e Investigação Científica do IV Governo Constitucional.

Foi ministro do Planeamento e Administração do Território de 1985 a 1995 nos X, XI e XII Governos constitucionais, liderados por Cavaco Silva, tendo a tutela das negociações, em Bruxelas, das verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Em 2002, ingressou no XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso, na pasta das Obras Públicas e Transportes, cargo que abandonaria em Abril de 2003. Do seu currículo consta ainda o desempenho de cargos de representação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e no Conselho da Europa ou a passagem pelo Conselho de Administração da Fundação de Serralves.

PATRÍCIO, Rui Manuel Medeiros d'Espiney

Natural de Lisboa, em 1955 licencia-se em Direito pela Faculdade da mesma cidade com média de 18 valores, e no ano seguinte conclui o curso complementar de Ciências Filosófico-Económicas, com a mesma classificação. No ano seguinte torna-se colaborador do Gabinete do Ultramar (entre 1956 e 1957). Entre 1958 e 1964 assume funções de docência a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, das cadeiras de Economia Política, Finanças, Direito Fiscal, Direito Corporativo, Direito Constitucional e Direito Internacional Público. Subsequentemente passa a leccionar a cadeira de Organização e Administração de Empresas, no Instituto de Estudos Sociais. Vogal do Grupo de Trabalho n.º 8 onde se ocupou das questões do financiamento da Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica, colabora ainda na forja da secção dedicado ao Ultramar do Plano Intercalar de Fomento.

Em 1961 integra a delegação nacional enviada ao Congresso da Câmara do Comércio Internacional, que teve lugar na Dinamarca, dois anos depois, ao Congresso Mundial do Petróleo que ocorreu na vizinha Alemanha. No ano conseqüente de 1964, exerce representação em Paris, e em nome do Ministério da Educação Nacional na Conferência da OCDE dedicada à discussão do Financiamento na Educação. No ano posterior e até 1970, assume a posse da subsecretaria de Estado do Fomento Ultramarino, e entre 1969 e 1970 assume a título interino os destinos da subsecretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, para vir posteriormente assumir em pleno aquela pasta. Tomou posse como ministro dos Negócios Estrangeiros a 15 de Janeiro de 1970.

Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo; Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo; Grã-Cruz da Ordem da Coroa do Carvalho, do Luxemburgo; Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica (Espanha); Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul (Brasil); Grande-oficial da Ordem de Mérito (RFA).

PEREIRA, André Roberto Delaunay Gonçalves

Nasceu em Lisboa a 26 de Julho de 1936. Concluiu o curso de Direito na Universidade de Lisboa em 1958, e o doutoramento quatro anos mais tarde pela mesma universidade, iniciando aí a sua carreira académica. Foi delegado de Portugal à Assembleia Geral das Nações Unidas entre 1959 e 1966. Exerceu as mesmas funções

em outros organismos como a Assembleia Geral da UNESCO ou as Conferências dos Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. É especialista em questões de direito internacional e constitucional, sobre os quais tem obra publicada. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros nos VII e VIII Governos Constitucionais, ambos liderados por Francisco Pinto Balsemão. Em 1995 é nomeado representante pessoal do ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, no grupo de preparação da Conferência Intergovernamental (CIG) encarregue da revisão do Tratado da União Europeia.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1902-1972)

Licenciado em Matemática pela Universidade de Lisboa. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social entre 11-Abril-1933 e 3 de Janeiro de 1936. Em Junho de 1933 chefia a delegação portuguesa, que se dirige a Genebra para participar na Conferência Internacional do Trabalho. Entre 18 de Janeiro de 1936 e 13 de Dezembro de 1937 assume a pasta do Comércio e Indústria. Cargo após o qual é nomeada agente especial do Governo Português junto do generalíssimo Franco, sendo, em 11 de Junho de 1938, nomeado embaixador de Portugal junto daquele país. Ainda enquanto diplomata, a 19 de Outubro de 1945 é transferido de Espanha para o Brasil (Rio). Em Junho de 1947 assume a chefia da representação diplomática portuguesa em Washington [Presidência Truman]. Permanece em Washington até 1949, quando regressa a Portugal. Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian até Novembro de 1972.

PEREIRA, Vasco Luís Caldeira Coelho Futscher

Nasceu em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1922. Concluída a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, pela Universidade de Coimbra, envereda pela carreira diplomática. Foi cônsul de Portugal em Marrocos, tendo exercido idênticas funções no Zaire e em S. Francisco. É embaixador em Bona no momento em que deflagra o 25 de Abril, tendo sido o primeiro diplomata a expressar o seu apoio ao MFA e a solicitar o reconhecimento do novo regime junto da RFA. É deslocado para o Brasil em pleno período revolucionário e colocado nas Nações Unidas em 1978, onde foi um dos obreiros da eleição de Portugal para o Conselho de Segurança, organismo de que foi presidente durante dois mandatos. É nomeado embaixador de Portugal em Nova Iorque e, mais tarde, em Washington. Em 1982 assume a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros no VIII Governo Constitucional, a convite de Pinto Balsemão e em substituição de André Gonçalves Pereira. Morre em Lisboa a 20 de Agosto de 1984.

PESSOA, Albino Cabral

Vogal junto da OECE, perito em assuntos bancários, secretário da Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa; (Outubro de 1959) designado pela Embaixada de Portugal em Washington observador à reunião do FMI e Banco Mundial.

PINTASILGO, Maria de Lurdes Ruivo da Silva Matos

Nasceu em Abrantes a 18 de Janeiro de 1930. Licenciou-se em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico em 1953, sendo convidada, no ano seguinte, para a direcção de projectos do Departamento de Estudos e Projectos da CUF. Desempenha, durante a década de 50, papel de relevo em vários movimentos católicos: preside à Pax Romana em 1955, adere ao Movimento Internacional de Estudantes Católicos em 1956 e é a promotora, em Portugal, do Movimento do Graal em 1957. Em 1969 é designada procuradora à Câmara Corporativa, instituição na qual permanece até ao 25 de Abril de 1974. A sua vida ficara também ligada à defesa da condição feminina: presidiu, em 1970, à Comissão Internacional sobre a política social relativa à mulher.

Depois do 25 de Abril, é nomeada Secretária de Estado da Segurança Social, no I Governo Provisório liderado por Palma Carlos. É nomeada Ministra dos Assuntos Sociais nos II e III Governos Provisórios, liderados por Vasco Gonçalves, assumindo também a Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica entre Maio de 1974 e Março de 1975. Foi co-autora do Plano de Desenvolvimento Económico e Social. No ano seguinte, é designada embaixadora de Portugal na UNESCO, em Paris. Chefia

o V Governo Constitucional, de iniciativa presidencial, entre 1979 e 1980. O ano de 1986 fica marcado pela sua candidatura às eleições presidenciais, como independente, não logrando a passagem à segunda volta. No ano seguinte, é eleita eurodeputada nas primeiras eleições europeias em Portugal. No final da década de 80 e na década seguinte é convocada para participar em vários organismos de projecção europeia e internacional dos quais se destacam o Comité de Sages da Comissão da União Europeia em 1995, o Clube de Roma em 1996 e a Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida em 1997. No ano seguinte, integra o Conselho de Ética para as Ciências da Vida.

Morreu em Lisboa a 9 de Julho de 2004.

PINTO, Carlos Alberto da Mota

Nasceu em Pombal a 25 de Julho de 1936. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1958 e iniciou a carreira académica como assistente na mesma instituição em 1961. Obteve o grau de doutor em 1970. Exerceu o cargo de vice-reitor da Universidade de Coimbra entre Maio de 1974 e Janeiro de 1975, depois de ter fundado o PPD, em 1974. Tomou assento na Assembleia Constituinte como deputado entre Junho de 1975 e Abril de 1976. No ano anterior, afastou-se do PPD durante o congresso de Aveiro, tendo sido nomeado ministro do Comércio e Turismo do I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares, em Março de 1977. Encabeçou o IV Governo Constitucional, de iniciativa presidencial, entre 1978 e 1979. É eleito deputado pelo círculo eleitoral de Coimbra nas Eleições Legislativas de 1983 e chega à liderança do PSD, um ano depois, no XI Congresso do partido realizado em Braga. Com a formação do IX Governo Constitucional liderado por Mário Soares, resultante da coligação entre PS e PSD, ocupa o lugar de vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa. Abandona a liderança do PSD com a chegada de Cavaco Silva, no congresso da Figueira da Foz, em 1985. Morreu a 7 de Maio 1985 em Coimbra.

PINTO, Clotário Luís Supico Ribeiro

Ministro da Economia entre 6 de Setembro de 1944 e 4 de Fevereiro de 1947. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, deputado à AN durante a II Legislatura, vice-presidente do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria entre 1936 e 1940. Em 1940 (28 de Agosto) foi nomeado subsecretário de Estado das Finanças, cargo que manteve até 1944 quando substituiu Rafael Duque na pasta da Economia. Manteve-se à frente da Economia até à remodelação ministerial de Fevereiro de 1947. A indicação de Supico Pinto para ministro dos NE em Fevereiro de 1947 foi 'vetada' por Santos Costa (Franco Nogueira, Salazar. Vol. IV – *O Ataque (1945-1958)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 3ª ed, 1986, pp. 61-67). Não regressará ao Governo, mantendo-se porém muito próximo de Oliveira Salazar. A sua carreira política prosseguiu no quadro da CC e da UN.

PIRES, Francisco Lucas

Nasceu em Coimbra em 1944. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Filiou-se no CDS em 1975 pela mão de Freitas do Amaral, depois de, ainda na Universidade, ter alinhado em grupos de extrema-direita. É eleito deputado pela primeira vez em 1976 e chega à vice-presidência do Partido em 1978, após a realização do III Congresso do CDS. É apontado como um dos percussores da ideia de união dos partidos da direita que conduziria à formação da Aliança Democrática, em 1979. Torna-se, em 1981, ministro da Cultura e Coordenação Científica do VIII Governo e Constitucional, liderado por Francisco Balsemão. Sobe à presidência do CDS em 1983 após a demissão de Freitas do Amaral, mas os maus resultados eleitorais obtidos nas eleições legislativas de 1985 ditam o seu afastamento da liderança.

A sua presença no Parlamento Europeu, concretizada depois do abandono da direcção do partido, permite-lhe aprofundar um pensamento estruturado em torno do ideal europeu, a ponto de ser considerado um dos mais entusiastas defensores da construção e integração europeia. Defendeu, em entrevista concedida ao semanário Expresso a 8 de Maio de 1993, o Tratado da União Europeia como a «continuação da luta pela liberdade, a democracia, o desenvolvimento e a segurança». Chega à vice-presidência do Parlamento Europeu em 1986 e, em 1987, concorre às primeiras eleições realizadas em Portugal para a Assembleia de Estrasburgo como cabeça de lista do CDS. Porém, nas eleições europeias de 1994 concorre como

independente nas listas do PSD, depois de se ter demitido do CDS em Novembro de 1992 por discordar das posições cépticas assumidas por Manuel Monteiro em relação à Europa e expressas, por exemplo, na recusa do Tratado de Maastricht. A 26 de Janeiro de 1997 anuncia a sua filiação no PSD depois de um longo namoro. Nesse mesmo ano é novamente eleito, por unanimidade, vice-presidente do Parlamento Europeu.

Morreu a 22 de Maio de 1998.

Entre a bibliografia que publicou sobre Portugal e a questão europeia deixa títulos como *Portugal e o futuro da União Europeia* ou *Amesterdão: do Mercado à Sociedade Europeia*, lançado postumamente.

PORTAS, Paulo Sacadura Cabral

Nasceu em Lisboa a 12 de Setembro de 1962. Iniciou a sua actividade política precocemente ao ingressar na JSD aos 13 anos, tendo, mais tarde, aderido ao PSD, partido onde se manteve até 1963. A par da militância política, tornou-se cronista de vários títulos de imprensa, como o *Jornal Novo*, *A Tarde* e o *Semanário*. Entretanto, licenciou-se em Direito na Universidade Católica. Fundou, com Miguel Esteves Cardoso, o jornal *Independente*, cujo primeiro número é editado em Maio de 1988 e que se celebrou pelos manchetes denunciando alegados casos de corrupção envolvendo figuras dos governos de Cavaco Silva. Conheceu Manuel Monteiro, futuro líder do CDS, com o qual partilha o mesmo ideário político, que passa pela forte contestação do projecto europeu e do lugar nele ocupado por Portugal.

Abandonou a direcção do *Independente* para abraçar a carreira política em 1995, filiando-se no CDS, dirigido já por Manuel Monteiro, e apresentando-se como candidato à Assembleia da República nas eleições legislativas desse mesmo ano. Desentende-se com Manuel Monteiro e sucede-lhe na liderança do CDS, então rebaptizado de Partido Popular (PP), durante um congresso realizado em Março de 1998 em Braga, abrindo-se desta forma a porta a um entendimento com o PSD, então liderado por Marcelo Rebelo de Sousa. A Alternativa Democrática (AD) ganha forma, para se desfazer um ano mais tarde, em Março de 1999. Paulo Portas, que até então afirmara de forma veemente as fortes reservas que alimentava sobre o projecto europeu, encabeça a lista do PP às eleições europeias de 1999 sendo eleito eurodeputado.

A derrota do PS nas eleições autárquicas de 2002 e o anúncio da demissão de António Guterres forçaram a realizações de eleições antecipadas, ganhas sem maioria absoluta pelo PSD de Durão Barroso. O PSD e o CDS-PP acordam a formação de um Governo de coligação no qual Paulo Portas é ministro de Estado e da Defesa, pasta que mantém no Governo de Pedro Santana Lopes, formado após a saída de Durão Barroso para a Comissão Europeia.

RAMALHO, Alfredo Magalhães

Director do Aquário Vasco da Gama – Estação de Biologia Marítima (que em 1 de Janeiro de 1951 passou a Instituto de Biologia Marítima). Conforme o próprio testemunharia, o objectivo da missão, consistia essencialmente em visitar e tomar conhecimento directo não de assuntos de pesca sob o ponto de vista económico, tecnológico ou industrial, mas só, do aspecto puramente científico (biológico e oceanográfico) do denominado *California Cooperative Sardine Research Program* (ACTCEE 3472, microfilme 326, banda 1, carta de Magalhães Ramalho a Tovar de Lemos, 22 de Outubro de 1952) que estava a ser patrocinado por várias instituições americanas (*California Academy of Sciences*, *California Division of Fish and Game*, *Seripps Institution of Oceanography* da Universidade da Califórnia e *US Fish and Wildlife Service*) sob a supervisão do *Marine Research Committee*.

RUIVO, Mário João de Oliveira

Nasceu em Campo Maior em 1927, concluiu a licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade de Lisboa em 1950, especializando-se em Biologia de Espécies Piscícolas e Ecologia Marinha. A possibilidade de prosseguir os estudos e a necessidade de fugir ao cerco do Estado Novo (foi preso por pertencer ao MUD Juvenil), conduziram-no para o estrangeiro. Foi bolseiro do Instituto Italiano de Hidrobiologia em Pallanza desde 1951 e trabalhou no Centro Nacional de Investigação Científica da Universidade de Paris. Após o

regresso a Portugal, em 1958, ocupa posições de relevo nos organismos nacionais que se dedicam ao estudo da Biologia dos Mares, como o Instituto de Biologia Marítima e a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Ingressou na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

De volta ao estrangeiro, desempenha, desde 1961, diversas funções na FAO e integra o Conselho Científico do Instituto de Biologia do Mar de Veneza, em 1972. Foi o representante escolhido pela FAO para a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente. Integrou o I Governo Provisório, de Palma Carlos, como secretário de Estado das Pescas, mantendo-se nessas funções até ao IV Governo Provisório, tornando-se ministro dos Negócios Estrangeiros no V Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves. Depois de abandonar o Governo, torna-se alto funcionário dos organismos que, em Portugal, tutelam o sector das pescas e do mar, regressando à UNESCO em 1985, onde é secretário da Comissão Oceanográfica Intergovernamental. Foi o responsável, juntamente com António Mega Ferreira, pela escolha dos oceanos como tema da Expo'98. Em 2004, presidia ao Comité Português para a Comissão Intergovernamental da UNESCO, comissão de que era também vice-presidente.

SAMPAIO, Jorge Fernando Branco

Nasceu em Lisboa a 18 de Setembro 1939. Frequentou a licenciatura em Direito na Universidade de Lisboa durante a crise académica do início da década de 60, período durante o qual assumiu papel de destaque ao ser eleito presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito, em 1960, e secretário-geral da Reunião Inter-Associações (RIA) em 1961 e 1962. Terminada a licenciatura, exerceu advocacia, distinguindo-se enquanto defensor de figuras ligadas á oposição ao Estado Novo. Defendeu réus envolvidos nos processos da «Revolta do Quartel de Beja», da «Capela do Rato» ou o «Caso dos Estudantes». Foi candidato a deputado à Assembleia Nacional pelas listas da CDE nas eleições realizadas em 1969.

Após a queda do Estado Novo participou na criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), mas não concretiza a sua adesão. Participou no movimento de intervenção socialista denominado GIS. Foi secretário de Estado da Cooperação Externa no IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. A sua filiação no PS acontece no ano de 1978, sendo eleito deputado em 1979. Regressa à Assembleia da República em 1987 e é eleito secretário-geral do PS em 1989, ano em que se candidata, e vence, as eleições à Câmara de Lisboa, á frente de uma coligação que agrupava socialistas e comunistas. É reeleito em 1993. Dois anos antes, havia apresentado a demissão do cargo de secretário-geral do PS na sequência da derrota eleitoral nas eleições legislativas. Disputa no ano seguinte a liderança do partido com António Guterres que lhe sucede à frente dos destinos do PS. Em 1995 candidata-se à Presidência da República, derrotando nas eleições de Janeiro de 1986 o candidato Aníbal Cavaco Silva, cargo para o qual seria reeleito em 2001.

SANTOS, Fernando Teixeira dos

Nasceu na cidade do Porto em 1951. Licenciou-se em Economia na Universidade do Porto e doutorou-se, também em Economia, na Universidade da Carolina do Sul, em 1986. Logo que terminou a licenciatura, dedicou-se à docência na Universidade do Porto, chegando à Presidência do Conselho Científico e do Conselho Directivo daquela instituição na década de 90. Presidiu à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários entre 2000 e 2005. Antes havia sido secretário de Estado das Finanças e do Tesouro entre 1995 e 1999, no XIII Governo liderado por António Guterres. Em Julho de 2005 é nomeado ministro das Finanças do Governo de José Sócrates.

SARMENTO, Albano do Carmo Rodrigues

Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 6 de Setembro de 1944 e 11 de Fevereiro de 1946; o seu sucessor, Francisco Teixeira de Queirós de Castro Caldas, ocupou o cargo entre 11 de Fevereiro de 1946 e 4 de Fevereiro de 1947.

SILVA, Aníbal António Cavaco

Nasceu em Boliqueime a 15 de Julho de 1939. Licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências

Económicas e Financeiras (ISCEF) em 1964 e, depois de cumprir serviço militar em Moçambique, iniciou a carreira universitária como professor do ISCEF. Doutorou-se na Universidade de York, Reino Unido, em 1973. Em 1974 regressou ao ISCEF e inicia a actividade docente na Universidade Católica em 1975. Ingressou no Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, de que era director e é um dos co-fundadores, em 1979, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Aderiu ao PPD ainda em 1974. Foi ministro das Finanças do VI Governo Constitucional, suportado pela Aliança Democrática e liderado por Sá Carneiro, posto que abandona em 1980 após a morte do primeiro-ministro. Em 1985 conquista a liderança do PSD no congresso da Figueira da Foz e retira o apoio do partido ao Governo do Bloco Central, formado em coligação com o PS, forçando à convocação de novas eleições legislativas. Vencidas as eleições sem maioria absoluta, o PSD forma o X Governo Constitucional liderado por Cavaco Silva. Uma moção de censura apresentada pelo PRD na Assembleia da República derruba esse Governo minoritário, antecipando a convocação de novas eleições legislativas para 1987, ganhas novamente pelo PSD, desta feita com maioria absoluta.

A chegada ao poder de Cavaco Silva coincide com os primeiros anos de adesão de Portugal à CEE, marcados por um enorme afluxo de fundos comunitários com os quais se pretendia modernizar a economia portuguesa e as suas infra-estruturas. As eleições legislativas de 1991 são novamente ganhas pelo PSD, que repete a maioria absoluta, e Cavaco Silva forma novamente Governo, o XII Constitucional. Este Governo ficará marcado pela ratificação do Tratado de Maastricht e pela adesão do Escudo ao Mecanismo das Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu. O Governo assume, no primeiro semestre de 1992, e pela primeira vez, a presidência rotativa do Conselho de ministros Europeu. Em 1995, Cavaco Silva anuncia a sua intenção de não permanecer à frente dos destinos do PSD em próximas eleições legislativas. O PS ganha as eleições marcadas para Outubro de 1995 e forma Governo e Cavaco Silva perde o duelo presidencial com Jorge Sampaio em Janeiro de 1996.

SOARES, Mário Alberto Nobre Lopes

Filho do professor e político João Lopes Soares, nasceu em Lisboa a 7 de Dezembro de 1924. Em 1951 concluiu a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tornando-se professor e director do Colégio Moderno, fundado pelo pai. Opositor ao Estado Novo, foi membro do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), em 1943, integrou a direcção do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e esteve na origem do MUD juvenil, em 1946.

Secretário da Comissão Central da Candidatura de Norton de Matos em 1949, fez também parte do Directório Democrático-Social em 1955 e apoiou a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República em 1958. Em 1957 licenciou-se em Direito, novamente pela Universidade de Lisboa, exercendo advocacia nos anos seguintes e dedicando-se à defesa de presos políticos no Tribunal Plenário e Tribunal Militar Especial. Várias vezes detido pela PIDE, em sequência da sua actividade contra o regime, acabaria por ser deportado para S. Tomé em 1968, exilando-se em França a partir de 1970. Durante este período de exílio leccionou nas Universidades de Vincennes (Paris VIII), Sorbonne (Paris IV) e ainda na Faculdade de Letras da Universidade da Alta Bretanha, em Rennes.

Em 1973, foi eleito Secretário-Geral do Partido Socialista (PS), constituído a partir do Congresso da Acção Socialista Portuguesa realizado na Alemanha em 1973.

Regressou a Portugal depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, desempenhando o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros nos três primeiros Governos Provisórios e ocupando o lugar de ministro sem pasta no IV Governo Provisório, do qual veio a demitir-se, protestando contra o «caso República».

Em 1976 foi nomeado primeiro-ministro do I Governo Constitucional, funções que ocupou até 1978. Este período ficaria marcado pela contracção de um empréstimo financeiro junto do Fundo Monetário Internacional, com vista à estabilização da actividade económica portuguesa, pela reabsorção dos portugueses retornados das ex-colónias e pelas primeiras reformas legislativas do novo aparelho democrático, previsto pela Constituição aprovada em 1976.

Assumiu também a liderança do IX Governo Constitucional (coligação PS/PSD), de 1983 a 1985, período em que se concluíram as últimas negociações para a integração de Portugal na CEE, resultando na assinatura do Tratado de Adesão em 1985. Depois do rompimento da coligação governativa, Soares foi candidato e venceu as eleições presidenciais, em Fevereiro de 1986, tornando-se o primeiro presidente da República civil do regime democrático posterior ao 25 de Abril. Em 1991 foi novamente eleito por mais cinco anos.

SOUSA, José Sócrates Carvalho Pinto de

Nasceu em Vilar de Maçada, concelho de Alijó, a 6 de Setembro de 1957. Teve uma curta passagem pela JSD, no pós 25 de Abril, filiando-se no PS em 1981, partido pelo qual é eleito deputado nas eleições legislativas de 1987. Obteve a licenciatura em Engenharia Civil na Universidade Independente. A chegada do PS ao Governo em 1995, pela mão de António Guterres, coloca José Sócrates à frente da Secretaria de Estado do Ambiente, sendo nomeado ministro-adjunto do primeiro-ministro em 1997, após a saída de António Vitorino do Governo. Em 1999, após a segunda vitória do PS nas eleições legislativas, assume o Ministério do Ambiente, transitando para a pasta do Equipamento Social quando Ferro Rodrigues abandona o Governo de António Guterres em 2002. Em Setembro de 2004 é eleito secretário-geral do PS num escrutínio eleitoral em que derrota Manuel Alegre e João Soares. Em Fevereiro de 2005 conduz o PS à sua primeira maioria absoluta nas eleições legislativas, sendo nomeado primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional.

SPÍNOLA, António Sebastião Ribeiro de

Nasceu em Estremoz a 11 de Abril de 1910. Iniciou a sua formação no Colégio Militar e frequentou a Escola Militar onde fez o curso de Cavalaria. Obteve a categoria de alferes em 1933. Em 1945, depois de ter sido promovido a capitão, cumpre serviço no Estado-Maior do Comando Militar dos Açores. A par da carreira militar, inicia actividade no sector civil e no sector empresarial, ingressando no conselho de administração da Siderurgia Nacional nos anos 50. Em 1961, ano em que deflagra a guerra colonial, Spínola parte para Angola como voluntário, de onde regressa em 1964. Em 1968, o então brigadeiro é nomeado governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné. Aí procura derrotar o PAIGC, não se limitando à acção militar mas, sobretudo, agindo do ponto de vista social e político junto das populações, numa tentativa de retirar o apoio popular de que aquele movimento nacionalista gozava. A aplicação desta estratégia não invalidou a realização de um ataque à Guiné-Conacri, o santuário que albergava as forças guerrilheiras, em Novembro de 1970. Perante a incapacidade de cumprir o objectivo a que se propunha e sentindo-se desapoiado nas suas iniciativas pelo Governo de Lisboa, não aceitou a permanência na Guiné que lhe havia sido proposta em Setembro de 1973.

De regresso a Portugal, publica o livro *Portugal e o futuro*, que consagra a tese de uma saída política para a questão colonial com a proposta de um estatuto federal para as províncias e a sua autodeterminação a prazo, o que lhe vale a exoneração do cargo de vice-chefe de Estado Maior general das Forças Armadas. Após o 25 de Abril torna-se membro da Junta de Salvação Nacional e presidente da República, cargo de que se viria a afastar a 30 de Setembro de 1974, na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro. Comanda a partir do exílio as movimentações militares que dariam origem ao 11 de Março de 1975 e criou, em Julho, o Movimento Democrático de Libertação de Portugal, organização bombista extinta após o 25 de Novembro. Retornou do exílio em Agosto de 1976 e esteve preso durante dois dias. Foi promovido à categoria de marechal em 1982 e morreu a 13 de Agosto de 1996.

TOMÁS, Américo de Deus Rodrigues

Ocupou a pasta da Marinha entre 6 de Setembro de 1944 e 10 de Maio de 1958, sucedendo nesse cargo a Manuel Ortins de Bettencourt (ministro entre 18 de Janeiro de 1936 e 6 de Setembro de 1944) de quem tinha sido chefe de gabinete.

VILAÇA, José Luís da Cruz

Nasceu em Braga. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e frequentou um curso de pós-

graduação em Ciências Político-Económicas e Direito Fiscal. Doutorou-se em Economia Internacional pela Universidade de Paris e foi fundador e director do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Lusíada. Militante do CDS foi secretário de Estado da Administração Interna em 1980 no Governo liderado por Sá Carneiro e, no ano seguinte, secretário de Estado junto da presidência do Conselho de ministros no Governo liderado por Pinto Balsemão. Advogado-geral no Tribunal de Justiça das Comunidades, em 1989, foi nomeado presidente do Tribunal de Primeira Instância da CEE.

VITORINO, António Manuel de Carvalho Ferreira

Nasceu em Lisboa a 12 de Janeiro de 1957. Filiou-se no PS poucos dias após o 25 de Abril de 1974 enquanto estudante do liceu Camões, em Lisboa. Inscreveu-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e adere sucessivamente a várias formações políticas de esquerda, de que são exemplos, a Frente Socialista Popular, de que foi fundador em 1975, o Movimento Socialista Unificado em 1976 e a União de Esquerda para a Democracia e Socialismo (UEDS). Terminado o curso, torna-se assistente na Faculdade de Direito. Foi eleito deputado pelas Listas da Frente Republicana e Socialista, que congregava o PS, a UEDS e a Associação Social-Democrata Independente (ASDI). Em 1983, ingressa no Governo do Bloco Central como secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e afasta-se da UEDS, vinculando-se definitivamente ao PS em 1985. Em 1986 é convidado pelo presidente da República, Mário Soares, para, assumir a pasta da Administração Interna no Governo de Macau, uma experiência que dura 18 meses. Em 1989 é eleito juiz do Tribunal Constitucional e, em 1994, assume o primeiro lugar da lista do PS às eleições para o Parlamento Europeu após a recusa de Vítor Constâncio. Com a vitória socialista nas eleições legislativas de 1995, assume as pastas da Presidência e da Defesa.

ZENHA, Francisco Salgado

Nasceu em Braga a 2 de Maio de 1923 e licenciou-se Direito na Universidade de Coimbra. Inicia a sua actividade política na oposição ao Estado Novo em 1940 aderindo ao Partido Comunista. Em 1944 é eleito presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC). Essa direcção seria demitida depois de ter dado cumprimento a uma decisão da Assembleia Magna, que recusou um convite, feito pelo reitor, para uma deslocação dos estudantes a Lisboa, como forma de agradecimento a Salazar pela neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial. Preside à organização de Coimbra da Federação das Juventudes Comunistas de Coimbra e está na origem do MUD Juvenil, criado em 1946.

É preso pela PIDE em 1947 e em 1949, sendo, nesta segunda vez, julgado, condenado e libertado definitivamente em 1958. Afasta-se do PCP integrando a Resistência Republicana e Socialista, fundada por Mário Soares em 1955. Envolve-se na criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional e destaca-se como defensor de presos políticos. Seria novamente preso pela PIDE em 1962. É candidato a deputado nas eleições de 1969 pelas listas da CEUD e faz parte do núcleo de fundadores do PS que reúne em Bad Münstereifel, na Alemanha, em 1973.

Com a queda do Estado Novo integra o I Governo Provisório na pasta da Justiça, permanecendo no lugar nos Governos liderados por Vasco Gonçalves até Agosto de 1975. É o obreiro da revisão da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, assinada em 1975 e bate-se contra a unicidade sindical. Desentende-se com Mário Soares a propósito do apoio concedido pelo PS à reeleição de Ramalho Eanes, nas eleições presidenciais de 1980, apoio esse com o qual Soares discorda e por isso abandona a temporariamente a liderança do PS. As desavenças entre os dois resistentes acentuam-se nas eleições presidenciais de 1986, quando Zenha decide candidatar-se com o apoio do PRD e do PCP, não conseguindo, contudo, passar à segunda volta. Salgado Zenha morre a 1 de Novembro de 1993.